



JUDICIÁRIO / STF forma maioria para que redes sociais sejam responsabilizadas por postagens ofensivas de usuários, sem a necessidade de decisão judicial. Julgamento representa mudança significativa no artigo 19 do Marco Civil da Internet

Plataformas responderão por conteúdos ilícitos

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, ontem, para responsabilizar as redes sociais por conteúdos publicados por seus usuários. Seis ministros defenderam ampliar as obrigações das big techs a respeito da moderação de posts considerados ofensivos, mesmo na ausência de ordem judicial prévia. Ainda devem ser definidas, nas próximas sessões, as condições em que plataformas devem responder judicialmente.

Votaram para responsabilizar os provedores de internet: os ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso. O entendimento deles impõe responsabilidades mais severas às plataformas quanto aos conteúdos publicados, além de estabelecer para as empresas uma série de regras que precisam ser cumpridas, sob pena de violação das leis brasileiras. O julgamento será retomado hoje.

O debate gira em torno da constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet, que exige uma ordem judicial prévia para excluir conteúdo e responsabilizar provedores, websites e gestores de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.

Inconstitucional

A ação tem relatoria dos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux. Eles consideram inconstitucional a exigência de notificação judicial para retirada de conteúdo ofensivo.

O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, entendeu que a norma é parcialmente inconstitucional. Para o magistrado, a obrigação deve ser mantida em algumas situações específicas, como nos crimes contra a honra, porque, nesses casos, a retirada da exigência poderia comprometer a proteção à liberdade de expressão.

Felipe Sampaio/STF



Os ministros Edson Fachin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, cujo voto formou maioria no julgamento. Decano classificou artigo 19 de ultrapassado

Flávio Dino defendeu que não existe liberdade sem responsabilidade, conforme a Constituição. “Liberdade sem responsabilidade é tirania. Ideia de que regulação mata a liberdade é absolutamente falsa. Responsabilidade evita a barbárie. Entendo que devemos, como tribunal, avançar na direção da liberdade com responsabilidade. Liberdade regulada é a única liberdade”, sustentou.

Por sua vez, Cristiano Zanin votou para diferenciar “conteúdos evidentemente criminosos ou ilícitos” de publicações em que houver “dúvida razoável sobre a ilicitude do conteúdo”. No primeiro caso, as plataformas podem ser punidas se deixarem de remover postagens após notificação dos usuários. No segundo, os provedores podem aguardar uma ordem judicial.

O decano Gilmar Mendes propôs que o artigo 19 seja aplicado apenas em situações específicas, como crimes contra a honra e conteúdos jornalísticos. Para o ministro, a análise nesses casos deve ficar a cargo do Judiciário. O magistrado também defendeu que as plataformas devem desenvolver mecanismos técnicos para estender decisões de remoção de conteúdo, sejam elas por ordem judicial, sejam por notificação privada.

Divergência

Já André Mendonça foi o único que, até agora, divergiu. Para o magistrado, as plataformas só poderão responder a ações judiciais se descumprirem deveres procedimentais previstos em lei.

“Não se pretende defender a irresponsabilidade das plataformas. O que se busca é, em defesa da liberdade de expressão, condicionar essa responsabilização por discurso de terceiro apenas aos casos em que verificado o descumprimento de um dever procedimental, apto a demonstrar que não atuou com a devida diligência”, ressaltou.

O ministro também disse que o debate não deve ficar a cargo do Judiciário. “Penso que, ao assumir maior protagonismo em questões que deveriam ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional, o Poder Judiciário acaba contribuindo, ainda que não intencionalmente, para a agudização da sensação de desconfiança hoje verificada em parcela significativa da sociedade. É preciso quebrar esse ciclo vicioso”, defendeu.

O placar

Há seis votos para ampliar, de diferentes modos, a responsabilização das redes sociais; e um divergente

» Manter exigência de ordem judicial para remover qualquer conteúdo – 1 voto (André Mendonça)

» Manter exigência de ordem judicial só para crimes contra a honra – 4 votos (Luís Roberto Barroso, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes)

» Derrubar totalmente a exigência de ordem judicial – 2 votos (Dias Toffoli e Luiz Fux)

Toffoli elogia o Correio

» MAIARA MARINHO
» LUANA PATRIOLINO

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que tem assinatura apenas do **Correio Braziliense**. No julgamento sobre a regulação das redes sociais, em andamento na Corte, ele afirmou que recebe as edições impressas do veículo desde que passou a morar em Brasília, há 30 anos.

“Eu só recebo na minha casa o **Correio Braziliense**, com muito orgulho, que, desde que eu me mudei para Brasília, em 1995, sou assinante. E recebo o **Correio Braziliense** impresso, e ainda é o padrão antigo, de jornal grande. Os outros, a gente recebe por e-mail, porque não chega a Brasília sequer o impresso”, relatou o magistrado, natural de Marília (SP).

Toffoli é relator de um dos recursos extraordinários de repercussão geral, que discute a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet — o trecho exige ordem judicial para exclusão de conteúdo para que os provedores sejam responsabilizados.

“No caso do jornalismo, o que se aplica ao impresso se aplica ao digital, e os blogs sérios de jornalismo se sentiriam protegidos (com a decisão à época)”, comentou no plenário da Corte. Segundo o magistrado, “a legislação não conceituou de maneira clara as várias atividades que existem neste novo mundo, no mundo digital”.

“Diante disso”, frisou Toffoli, “a gente sempre busca, como fez o ministro Flávio Dino, tentar achar no próprio ordenamento jurídico a analogia”. Dino foi o primeiro do dia a manifestar voto.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Congresso se tornou um ambiente tóxico para alguns ministros de Lula

Depois do incidente com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que foi agredida verbalmente por senadores da oposição e se retirou de uma sessão da Comissão de Infraestrutura no Senado, pautada pelo negacionismo ambiental e pela misoginia, foi a vez de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, passar por constrangimentos na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), cujo presidente, Rogério Corrêa (PT-MG), encerrou a sessão, ontem, depois que os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Carlos Jordy (PL-RJ) iniciaram um tumulto em resposta a uma crítica feita por Haddad.

O Congresso se tornou um ambiente tóxico para alguns ministros do governo Lula mais visados por serem petistas ou de outros

partidos de esquerda, por causa da radicalização ideológica. A “política do espetáculo” passou a ter como palco privilegiado as diversas comissões das duas Casas. Por definição, na psicologia social, um ambiente tóxico é caracterizado por relações interpessoais marcadas por comportamentos negativos e prejudiciais, como bullying, assédio, discriminação e falta de respeito. É marcado por desentendimentos e conflitos, clima opressivo e comportamento agressivo.

Na segunda rodada de perguntas, Nikolas Ferreira e Carlos Jordy criticaram o que chamaram de ganstância do governo, dizendo que as medidas recentes não cobrem o déficit nas contas públicas. Antes de o ministro responder aos questionamentos, porém, eles se retiraram da audiência. No

momento de sua fala, Haddad criticou que os parlamentares não estavam presentes e chamou o ato de “molecagem”.

“Agora aparecem aí dois deputados, fazem as perguntas e fogem dos debates. (...) É um pouco de molecagem, isso não é bom para a democracia”, comentou Haddad. Na terceira rodada de perguntas dos deputados, porém, Jordy retornou ao plenário, pediu direito de resposta e rebateu Haddad com agressividade. “Eu estava em outra comissão. O ministro nos chamou de moleque. Moleque é você, ministro, por ter aceitado um cargo dessa magnitude e só ter feito dois meses de (faculdade) economia. Moleque é você por ter feito o nosso país ter o maior déficit da história. Governo Lula é pior do que uma pandemia”, disparou.

Nikolas também pediu questão de ordem e tentou responder, mas Rogério Corrêa, que comandava a audiência pública, não concedeu, o que levou a um bate-boca entre Corrêa, Jordy, Nikolas e o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), que seria o próximo a falar. Sem acordo para retomar a audiência e após pedir ordem ao plenário várias vezes, Corrêa encerrou a audiência antes do início da terceira rodada de perguntas.

Deficit fiscal

O debate sobre o pacto do governo para combater o déficit fiscal é o centro da discórdia. Haddad rebate as críticas sobre as contas públicas atuais do governo, repete que o superávit primário (economia de recursos para os juros da dívida pública) de R\$ 54,1 bilhões em 2022, último ano do governo de Jair Bolsonaro (PL), foi obtido com o atraso no pagamento de precatórios e a privatização da Eletrobras por um valor abaixo do mercado.

Ressalta que o resultado daquele ano foi obtido com o prejuízo de cerca de R\$ 30 bilhões com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a redução artificial dos preços dos combustíveis, dinheiro devolvido pelo governo atual aos estados em 2023. Haddad menciona ainda o pagamento recorde de cerca de R\$ 200 bilhões de dividendos da Petrobras, que beneficiou o Tesouro Nacional, o maior acionista da estatal.

A oposição desce o pau: “O que vimos foi um ministro descompensado, isolado e hostil. Haddad perdeu totalmente as condições de continuar no cargo”, criticou o líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS). Na verdade, Haddad não passa por um bom momento. Sabe que precisa reduzir gastos, mas enfrenta a resistência do próprio presidente Lula e não pode contar com apoio da base do próprio governo para aumentar impostos.

Esse recado já foi dado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que ontem

participou do evento Brasília Summit, promovido pelo Grupo Lide e pelo **Correio Braziliense**, para debater a economia brasileira, agronegócio na segurança alimentar e o papel do mercado imobiliário. Motta afirmou que o corte de gastos primários entrará na agenda do Congresso Nacional e cobrou que o governo faça sua parte no controle das despesas.

No evento, Motta anunciou que um novo modelo de Estado será colocado na ordem do dia do Legislativo. “Vamos colocar na ordem do dia um novo modelo de Estado, queremos um Estado mais eficiente, menos perdedor, com serviços de melhor qualidade, instituindo a meritocracia e aumentando a eficiência do nosso funcionalismo público”, disse. Para o presidente da Câmara, o Congresso Nacional deve ser “uma âncora da responsabilidade fiscal, para que não sejam tomadas decisões prejudiciais ao Brasil.” Segundo ele, todas as propostas que o Executivo encaminhava ao Parlamento para melhorar a arrecadação foram aprovadas.